



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 2377/2022**

**REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 2925/2022**

**RELATOR: DOMINGOS PROTETOR**

**Ementa:** Indica ao executivo municipal o envio de projeto de lei a esta Casa Legislativa para a elaboração e implantação de Campanha de Divulgação sobre a importância de atenção ao acionamento do Sistema de Alerta e Alarme por meio das sirenes em situações de fortes chuvas

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de Indicação Legislativa (Processo n.º 2925/2022), apresentada pelo nobre Vereador Hingo Hammes, que indica ao Executivo Municipal a necessidade do “envio de projeto de lei a esta Casa Legislativa para a elaboração e implantação de campanha de divulgação sobre a importância de atenção ao acionamento do sistema de alerta por meio das sirenes em situações de fortes chuvas no município de Petrópolis”.

A referida Indicação Legislativa foi protocolizada em 17 de maio de 2022 e encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em 26 de maio de 2022, para a verificação de sua constitucionalidade e legalidade, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o relatório. Passa-se a opinar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO:**

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo sinalizar ao Executivo Municipal a necessidade de “envio de projeto de lei a esta Casa Legislativa para a elaboração e implantação de campanha de divulgação sobre a importância de atenção ao acionamento do sistema de alerta por meio das sirenes em situações de fortes chuvas no município de Petrópolis”.

O Autor da Indicação Legislativa justifica que:

*“O principal foco no acionamento das sirenes está na mobilização comunitária e dos moradores em áreas consideradas de alto risco de deslizamento. Neste sentido, há o acionamento das mesmas de acordo com um protocolo para cada evento, sempre com o propósito de garantir a integridade física dos moradores destas áreas (...).”*

De início, cumpre observar que não foi verificada nenhuma Indicação Legislativa com o mesmo objeto que já tenha sido aprovada ou que esteja em trâmite nesta Casa Legislativa. Assim, numa interpretação a *contrario*

Página: 1

sensu do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores (Res. n.º 125, de 14/12/2012), deverá esta Indicação Legislativa seguir seu trâmite normalmente. Neste sentido, é o seu art. 73, § 6.º, inciso X:

*“Art. 73 (...)*

*§ 6.º O Presidente deverá recusar proposições:*

*(...)*

*X – quando, em se tratando de indicação, já tenha sido aprovada ou esteja tramitando outra com o mesmo objetivo, na mesma legislatura.”*

Ademais, a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Petrópolis/RJ (Emenda à Lei Orgânica Municipal n.º 025, de 10/10/2012) trazem em seu bojo a competência do Município para legislar sobre interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Assim, prescrevem o art. 30, incisos I e II e art. 16, § 3.º, respectivamente:

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...).”*

*“Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:*

*(...)*

*§3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual. (...).”*

Portanto, o objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência do Município de Petrópolis.

Também importa mencionar que, perfeitamente acertado que a presente proposição legislativa se dê sob forma de Indicação Legislativa, visto que nos termos do art. 82, *caput*, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis (Resolução n.º 125, de 14/12/2012) esta é a medida adequada, em âmbito legislativo, quando se deseja solicitar ao Poder Executivo que implemente ações que dependam de legislação cuja iniciativa seja de sua competência privada. Veja-se o que diz o mencionado artigo:

*“Art. 82. Indicação é a proposição, sujeita à votação única, em que, com fundamentação, são solicitadas medidas de interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa seja de competência privada do Poder Executivo ou da Mesa da Câmara.*

*§1.º As indicações podem ser:*

*(...)*

*II – legislativas, quando se destinam a obter do Poder Executivo ou da Mesa da Câmara o envio de mensagem ou Projeto ao Legislativo por*

**força de competência constitucional ou legal do Prefeito municipal ou da Mesa da Câmara.(...)" (grifo nosso)**

Acrescentando algo que já foi referido nas justificativas autorais, que apesar de diversos serviços e equipamentos terem sido implementados no município, a instauração de sistemas de alerta e alarme nas comunidades, através de sirenes, foi uma importante ferramenta de proteção e prevenção à vida, vide as consequências das grandes fatalidades ocorridas no município nos meses de fevereiro e março.

Ressalto, portanto a ementa da lei federal 12.608 de 10 de abril de 2012 do qual afirma a importância deste sistema:

*EMENDA: "Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres".*

Feita a observação de concordância acima, gize-se ser muito grandiosa a iniciativa do nobre Vereador Hingo Hammes em propor a Indicação Legislativa sob análise, visto que, em suas palavras:

*"Com a implantação de políticas públicas nas esferas federais, estaduais e municipais, sobretudo a partir da Lei Federal número 12.608 de 10 de abril de 2012, que criou a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, que dispõe também sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil e sobre o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil, diversos serviços e equipamentos foram implementados nos municípios; assim a implantação de sistema de alerta e alarme nas comunidades, através das sirenes, foi uma importante ferramenta de proteção à vida".*

Desta forma, estando a proposição legislativa em tela, do nobre Vereador Hingo Hammes, em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Petrópolis, bem como as normas do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis e, diante da importância da matéria proposta e todos os benefícios que a mesma trará para esta cidade, **opina-se favoravelmente, à tramitação da Indicação Legislativa de nº 2925/2022.**

### III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, nos termos do art. 35, I, a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, manifesta-se **FAVORAVELMENTE**, com ressalvas, **à tramitação da Indicação Legislativa nº 2925/2022.**

Sala das Comissões em 08 de Junho de 2022

  
FRED PROCÓPIO

Presidente

*OCTAVIO S. C. de Paula*

OCTAVIO SAMPAIO  
Vice - Presidente

*[Handwritten signature]*

DOMINGOS PROTETOR  
Vogal